

SESSÃO SOLENE DE POSSE DO MINISTRO COSTA LEITE COMO SÓCIO (COLABORADOR) DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO (IASP), EM 28 DE SETEMBRO DE 2000

DOMINGOS FRANCIULLI NETTO*

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Embora me faltem *engenho e arte*, não poderia declinar do mandato que me foi outorgado pelo presidente deste Instituto, doutor Rui Celso Reali Fragoso, para saudar o ilustre empossando, na categoria de nosso sócio (colaborador), o Ministro Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite, digníssimo Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, desde 2 de abril do corrente ano.

Cuida-se de mister, a um tempo, simples e complexo. Simples porque não há apresentar pessoa tão emérita, nos dias de hoje conhecida e admirada em todos os rincões de nosso país; complexo, uma vez que é difícil em breve discurso, juntar elementos que se encontram dispersos -, por não reproduzidos, por humildade, em seu *curriculum vitae* -, abreviar o longo e emendar os dados de tão profícua existência, mormente se for lembrado que o novel sócio foi nomeado e empossado no cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos, em 25 de setembro de 1984, quando contava com apenas 35 anos de idade, depois de aprovado pelo Senado Federal, como reconhecimento de seu notável saber jurídico e ilibada reputação.

Cumprir lembrar que, quando advogado, oficiou como verdadeiro canal de comunicação entre essa entidade e a Presidência da República de então, da qual foi exímio assessor jurídico. Nessa



BDJur

<http://bdjur.stj.gov.br>

*Aposentado do cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 15/11/2005.

FRANCIULLI NETTO, Domingos. Sessão solene de posse do Ministro Costa Leite como sócio (colaborador) do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), em 28 de setembro de 2000. **Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo**, v. 3, n. 6, jul./dez. 2000.

oportunidade, já se fazia presente sua inquebrantável convicção em prol da restauração do pleno Estado Democrático de Direito.

Do Tribunal Federal de Recursos passou a compor o Superior Tribunal de Justiça, desde a sua instalação, o que se deu em 07.04.1989. Nesse Sodalício, denominado "O Grande Tribunal da Lei", pelo renomado advogado, professor e membro deste Instituto, doutor Walter Ceneviva (cf. *STJ 10 anos - Obra comemorativa 1989 - 1999*, Brasília, 1999, p. 279), ocupou o ilustre Ministro Costa Leite diversos cargos e funções, sempre com o brilho e o denodo que ornamentam sua rica personalidade.

Quis feliz coincidência dos fados entregar ao erudito empossando os destinos da egrégia Presidência do Superior Tribunal de Justiça em difícil quadra por que passa o Poder Judiciário em nosso país, colocado na berlinda da mídia, como se fosse o grande responsável por todas as mazelas infelizmente existentes em nossa sociedade.

Para as debelar, acenam com a reforma do Poder Judiciário, ora em tramitação no Congresso Nacional. Apesar de alguns aspectos positivos nela contidos, a verdade é que, se passar como projetada, pouco contribuirá para uma prestação jurisdicional moderna e mais eficiente.

A continuar a situação presente, dentro de pouco tempo os tribunais superiores de nossa pátria estarão total e irremediavelmente inviabilizados.

Para se ter uma pálida idéia do que vem acontecendo, basta atentar para alguns dados estatísticos.

Ao Excelso Supremo Tribunal Federal, composto por 11 Ministros, de janeiro a agosto deste ano, foram distribuídos 46.883 recursos, dos quais foram julgados 46.001; ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça, com 33 membros, no mesmo período de oito meses, foram



distribuídos 83.919 recursos, dentre os quais, foram julgados, 81.273. A última Corte, que é o vértice dos tribunais do país em matéria infraconstitucional, apenas no mês de agosto último, julgou 17.438 recursos, o que representa a média de 581,2666 decisões colegiadas e monocráticas para cada Ministro (17.438 T- 30), incluídos os julgamentos da Corte Especial. Nesse único mês de agosto passado, a egrégia Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (Seção de Direito Público), integrada por 10 Ministros, julgou 10.061 recursos, o que significa a média de 1.006,1 decisões para cada Ministro.

É verdade que para atingir essa marca, vários Ministros prejudicaram, total ou parcialmente, suas férias.

Desses feitos, mais de 2/3 (dois terços) envolvem entes públicos, por mais incrível que possa parecer. A razão está presa ao endividamento cada vez mais insuportável da União, dos Estados-membros e dos Municípios, incluídas, em todos esses graus, as autarquias.

O saudoso Prof. José Horácio Meirelles Teixeira costumava prelecionar a seus alunos da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que à Administração não era dado litigar por litigar: "Na hierarquia dos princípios que devem nortear os atos administrativos, reservava [o Prof. Meirelles Teixeira] o ápice ao princípio da legalidade e ao princípio da moralidade. Quanto ao contencioso, não admitia que a Administração ingressasse com ação temerária; ao contestar, deveria, com fidelidade absoluta, relatar a matéria de fato; por fim, recorrer apenas nos casos de dúvida razoável. Um Poder Público não pode assoberbar o trabalho de outro, finalizava, contra os princípios e o bem comum" (trecho extraído da apresentação do livro *Curso de direito constitucional*, Forense Universitária, 3991, XIII).



Desafogar o Poder Judiciário depende, c muito, de vontade política. Basta a Administração Pública, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cumprir os princípios que se encontram insculpidos no *caput* do art. 37 da Carta Política de 1988.

É desolador, por exemplo, ver o que disciplina a recente Emenda Constitucional n. 30, deste mês, a possibilitar a liquidação de débitos estatais cm até o prazo de 10 anos, notadamente depois do malogrado facilitário de 8 oito anos previsto no art. 33 do ADCT, que de nada adiantou para a moralização na liquidação da dívida pública.

A Administração não pode continuar pretendendo resolver ou procrastinar seus crônicos problemas de caixa servindo-se do Poder Judiciário.

Mas não é só. Há necessidade de ampla reformulação, em matéria penal e em matéria processual civil de nossos Códigos.

Em matéria penal, em minha modesta ótica, tem de haver radical modificação nas duas extremidades: do lado inicial, o inquérito precisa ser substituído, gradativamente, pelo juizado de instrução; do lado final, urge reformular as penas e o sistema penitenciário. Quanto às primeiras, com a ampliação das penas alternativas c com a introdução de penas substitutivas das penas privativas de liberdade, para aqueles delitos em que a verdadeira punição deve exteriorizar-se no esvaziamento patrimonial obtido, por seus autores, de forma ilícita. Há de ser modernizado o sistema penitenciário, para a reclusão dos agentes de crimes com violência contra a pessoa, nesse aspecto incluída a preparação técnica dos agentes penitenciários.



Em matéria não penal, sem embargo de nosso excelente Código de Processo Civil, do ponto de vista doutrinário, a verdade é que, na prática, ninguém mais agüenta o cipoal hirsuto a que levam suas normas, principalmente no que diz respeito ao processo de execução, hoje inteiramente obsoleto e complicado, e ao sistema recursal, que precisa urgentemente de profunda racionalização.

Sobre esses e outros pontos importantes voltados para maior celeridade e eficiência da justiça não tem faltado o atuar inteligente, franco, estrênuo e destemido do preclaro Ministro Costa Leite, que não tem deixado de proclamar ser premente a revalorização dos juízes de primeira instância e dos tribunais locais, para o melhor aperfeiçoamento do Sistema Federativo Brasileiro.

Pego ao mais novo integrante desta Centenária Casa, escusas se não enalteci suas qualidades morais e pessoais de exemplar chefe de família, de extremoso marido de dona Maria Mônica Valério da Costa Leite, dedicado pai de quatro filhos: Dimitrius, Ticiane, Viviane e Paulo; e carinhoso avô; se não esgotei outros principais relanços de sua fecunda vida profissional; por fim, se não nomeei as dezenas de condecorações, títulos e medalhas com que foi por indiscutíveis méritos agraciado.

Gaúcho de boa cepa, espiritualista convicto, há de debitar essas falhas na conta de minhas naturais limitações. Mais a mais, quando o insigne Ministro Costa Leite nasceu, em 1949, eu já havia visto jogar, com a camisa vermelha do Internacional, seu time do coração, Tesourinha, um dos grandes pontas-direitas que o futebol brasileiro conheceu.

Por derradeiro, hoje não é o momento de lembrar que o empossando sabe preparar um churrasco como poucos; vou fazê-lo no dia em que, depois do discurso, houver demonstração prática.



Esta vetusta mas sempre jovem e atuante entidade, ilustre Ministro Costa Leite, recebe-o de braços abertos e não lhe faltará com seu irrestrito apoio para a consecução de seu nobre ideal, que alcançado, antes e acima de tudo, constituir-se-á na distribuição de uma melhor justiça para o todo sofrido povo brasileiro.

Obrigado.

